

**A ruptura diplomática Brasil-Portugal: um aspecto do americanismo do início da
República brasileira.**

Adelar Heinsfeld *

RESUMO

Em 1894, decorrente da intervenção de um comandante de navio português na Revolta da Armada, no Rio de Janeiro, o governo de Floriano Peixoto rompeu as relações diplomáticas com Portugal, que foram reatadas no ano seguinte, já no governo de Prudente de Moraes. Este texto visa analisar esta ruptura como afirmação da política americanista adotada pela recém instalada República Brasileira. Para isso, utilizar-se-á além da documentação diplomática, a imprensa governista regional, que repercutiu aquele incidente.

Palavras-chave: Revolta da Armada – Brasil/Portugal -

ABSTRACT

In 1894, decurrent of the intervention of the commander pf the Portuguese ship in the Revolta Armada, in Rio de Janeiro, Floriano Peixoto's government broke the diplomatic relations with Portugal, which were reunited in the next year, already in Prudente de Moraes' govern. This text wants to analyze the rupture as an affirmation of the Americanist politics adopted by the recent installed Brazilian Republic. For that it will be used, besides the diplomatic documentations, the regional governmentalist press, that publishes that incident.

As relações diplomáticas entre Brasil e Portugal pautaram-se, após o reconhecimento da independência brasileira, pela cordialidade. José Honório Rodrigues (1966: 39) já afirmou que *“uma comunidade de sentimentos liga o Brasil à Portugal.”* Porém, em outro momento, deixa claro que *“na verdade, na área internacional os objetivos nacionais do Brasil e os de Portugal não coincidem.”*(RODRIGUES, 1982: 380)

No início da República, quando o Brasil fez uma opção pelo “americanismo” estas relações sofreram um distanciamento, culminando com a ruptura diplomática em 1894.

1. O Reconhecimento da República

Por ocasião da Proclamação da República, segundo o Ministro Plenipotenciário brasileiro em Lisboa, o Barão Aguiar d'Andrade, o Governo Português havia prometido ser Portugal um dos primeiros países a reconhecer a República brasileira. Aguiar d'Andrade

* Doutor em História. Professor do Programa de Pós-Graduação em História da UPF.

procurou mostrar os benefícios que o reconhecimento poderia trazer. Nas palavras de Hintze Ribeiro, ministro dos Negócios Estrangeiros, Portugal tinha o maior interesse em reconhecer, *“mas que não havendo nenhuma nação da Europa, inclusive a França republicana, reconhecido oficialmente a República, não competia à Portugal dar o primeiro passo.”* Além disso, preferia esperar que as eleições no Brasil mostrassem um resultado favorável às novas instituições e ao governo da República. (BRANCATO, 1993: 188-190).

O reconhecimento português se deu em 18 de setembro de 1890, três dias após as eleições para a Assembléia Constituinte brasileira. Assim, Hintze Ribeiro pode escrever: *“Era porém indispensável [...] a adesão do povo brasileiro á ordem de coisas recentemente estabelecidas por um ato público solene e irrecusável.”* Na sua opinião *“a nação distinguiu de preferência com o seu sufrágio os candidatos que antecipada e publicamente se haviam declarado favoráveis à nova forma de Governo”* e por isso, o Governo português pretendia estreitar as relações, *“reconhecendo o novo regimen que a nação brasileira pelos seus eleitores se mostra inclinada a aceitar definitivamente.”* (BRANCATO, 1993: 192)

Embora o reconhecimento do novo regime tenha se dado de uma forma tranqüila, as relações luso-brasileiras foram conturbadas durante toda a primeira metade dos anos 1890, resultando no rompimento nas relações diplomáticas entre os dois países. Três questões contribuíram para que o relacionamento bi-lateral fosse conturbado no período: i. a grande naturalização decretada pelo governo provisório da República do Brasil e seus efeitos sobre a comunidade portuguesa em território brasileiro; ii. a queda das remessas em dinheiro à Portugal enviada por portugueses residentes no Brasil e seus efeitos sobre as condições de vida de particulares, bem como sobre as finanças públicas portuguesas; em 1888, a remessa foi em torno de 1 milhão de libras, caindo para 10% deste valor em 1891; iii. a intervenção portuguesa, como mediadora, durante a Revolta da Armada em 1893-1894.

No período Floriano Peixoto, aflora um nacionalismo, embasado no anti-lusitanismo, que foi encampada pelo jacobinismo. Chegaram a defender a imediata expulsão de famílias brasileiras que permitissem o casamento de seus filhos com portugueses. Um dos jornais destes grupos, ***O Jacobino***, já no seu primeiro número, em 1894, deixava claro sua linha de atuação: *“combateremos e odiamos o elemento português, que é o que nos corrompe e ceifa a existência, monopolizando tudo e sacrificando nossa população.”*(apud LIMA SOBRINHO, 1995: 45). Chegava a aconselhar a expropriação dos bens dos portugueses que estavam *“fazendo a vida no Brasil”*. Além disso, defendia a *“pena de morte para o brasileiro que tentasse proteger, mesmo de leve, o luso, tido como de todo indesejável para este grande e generoso País”* (apud PENNA, 1999: 69)

A xenofobia em relação aos portugueses era explicada pelo seu grande número no Brasil. Em 1890, o Rio de Janeiro, para uma população de 522.651 habitantes, contava com 106.202 portugueses, sendo maioria comerciantes e que “*constituíam poderoso grupo de pressão e influência político eleitoral*” (QUEIROZ, 1986: 245-251). Os portugueses acabavam impedindo o acesso dos brasileiros às ocupações no comércio, que era a atividade econômica urbana mais importante na época.

Este violento nacionalismo étnico não atingia aos norte-americanos. O jornal *O Jacobino* repetia em suas epígrafes o lema de Monroe: “A América para os Americanos”. Esta aproximação com os EUA se fazia em oposição à Europa, de onde provinham os ingleses, que dominavam o comércio internacional, a Monarquia e os portugueses. Ao exaltar o americanismo, *O Jacobino* ressalta que da Europa “*nada queremos*” e “*dela só queremos distância (...) Que a América seja dos americanos assim como o Brasil dos brasileiros é todo o nosso desejo*” (apud QUEIROZ, 1986: 106-107).

2.O Rompimento com Portugal

Em 06 de setembro de 1893, a marinha de guerra se subleva no Rio de Janeiro, contra o governo de Floriano Peixoto. Este movimento, teve como líder inicial o contra-almirante Custódio José de Mello e a partir de dezembro de 1893, a liderança foi assumida pelo almirante Saldanha da Gama, que lançou um manifesto considerado monarquista e restaurador.

Durante a revolta da armada, o anti-lusitanismo atingiu o ápice. Espalhou-se que a colônia portuguesa havia financiado os revoltosos (LIMA SOBRINHO, 1995: 44), ou que tinha simpatia pelos mesmos (QUEIROZ, 1986: 23). O monarquismo de algumas lideranças revoltosas povoaram o imaginário popular, ligando-o a interesses lusitanos. O ministro português no Brasil, o Conde de Paço D’Arcos, classificava-os jacobinos como “*sicários arvorados em defensores da república*”, que promoviam “*ataques à mão armada a cidadãos inermes, só por suspeitos de monarquismo*” (PAÇO D’ARCOS, 1974: 121-122).

Com a eclosão da Revolta da Armada, Portugal objetivando a proteção dos seus súditos, em conjunto com a delegação diplomática da Inglaterra, França, Itália e EUA, ofereceu os bons ofícios no sentido de mediar as negociações entre o governo brasileiro e os revoltosos, impedindo assim o bombardeio do Rio de Janeiro. Esta neutralidade mal disfarçada provocou a hostilidade do presidente Floriano Peixoto e de partes da imprensa brasileira. Em função disso, o governo português, substituiu Paço d’Arcos pelo Conde de Paraty.

Com o final da Revolta da Armada e a vitória legalista, Saldanha da Gama vai pedir asilo nos navios de guerra portugueses fundeados no Rio de Janeiro, sob o comando de Augusto Castilho. Em nota ao governo brasileiro, a legação portuguesa, em 15.03.1894 comunica que 493 brasileiros solicitaram refugio e asilo que lhes foi concedido nos navios de guerra *Mindello* e *Affonso de Albuquerque*. (AHI-Relatório...1894: 47) Na resposta, emitida no mesmo dia, o governo brasileiro reconhece que ato do comandante português “*é inspirado em sentimentos humanitários, vê-se todavia obrigado a reclamar a entrega daqueles indivíduos, por entender que, como criminosos que são, não estão no direito de gozar da proteção que tiveram.*” (AHI-Relatório...1894: 48). Para o governo brasileiro, o crime cometido pelos rebelados era de pirataria; como não tinham cometido crime político, não teriam direito a asilo, por isso vai solicitar que os rebeldes fossem entregues às autoridades brasileiras. O governo português entendeu que eram criminosos políticos, endossando oficialmente a atitude do comandante Castilho, mas comprometendo-se a não desembarcá-los em território estrangeiro, mantendo-os a bordo até a solução diplomática (AHI-Relatório...1894: 50).

No entanto, o comandante Augusto de Castilho dirigir-se com os refugiados à bordo para a região do Prata. Segundo ele, os navios *Mindello* e *Affonso de Albuquerque* não tinham condições de empreender a travessia do Atlântico para poder desembarcar os brasileiros em território português. Pretendia-se, então, em Buenos Aires, fretar um navio que os levasse, possivelmente, para Angola.

Com os navios fundeados no Prata, ocorre a fuga de 254 brasileiros, incluindo o líder Saldanha da Gama, vindo juntar-se ao revolucionários federalistas no Rio Grande do Sul. Esta situação fez estremecer as relações entre Brasil e Portugal. O Ministro das Relações Exteriores, Cassiano do Nascimento, comunica, em 13 de maio de 1894, que o Governo do Marechal Floriano Peixoto estava rompendo as relações diplomáticas com Portugal (AHI-Relatório...1894: 50).

Na mensagem que encaminha ao Congresso Nacional, cientificando a ruptura, Floriano Peixoto afirma que o comandante português extrapolou, “*abusando do chamado direito de asilo, o concedeu em circunstâncias que o investiram de um caráter ofensivo à soberania nacional.*” Como as corvetas foram para a região do Prata, ocorreu o desembarque dos revoltosos, “*não se sabe se com o consentimento do comandante. Mais de 200 se evadiram para o território uruguaio, quiçá com o objetivo de reunir-se a seus aliados no Rio Grande do Sul*”. No Congresso Nacional o deputado Anísio de Abreu resumia o que muitos setores da sociedade brasileira pensavam sobre o episódio:

o comandante da esquadilha portuguesa foi cúmplice fria e calculadamente do bombardeio insistente, mortífero e cruel das duas capitais a Federal e Niterói -, do massacre e do assassinato de nossos irmãos, da destruição vandálica da fortuna pública e privada, garantindo a impunidade do Sr. Saldanha com o prévio asilo que lhe ofereceu para quando soasse o momento supremo da desafronta legal. (ACD. 19.05.1894)

Os jacobinos estavam convictos que Portugal agira calculadamente e de acordo com os revoltosos. Segundo o jornal carioca **A Bomba**,

hoje está mais que provado que o comandante da ‘Mindelo’, Castilho, recebeu instruções secretas de seu governo para asilar a bordo de seus navios, piratas que durante seis meses bombardearam a cidade do Rio de Janeiro contra os mais comezinhos princípios de direito internacional (...) A intenção do governo português consistiu sem dúvida alguma em asilar a bordo de seus navios os revoltosos para depois levá-los ao Rio da Prata, a fim de proporcionar-lhes a ocasião de recomeçarem as hostilidades. (apud QUEIROZ, 1986: 24)

No Rio Grande do Sul os jornais ligados ao governo e ao Partido Republicano Rio Grandense vão estabelecer uma linha de ação baseada na crítica feroz ao comandante Augusto Castilho e a tudo o que se relacionasse ao mundo português. Um exemplo disso é **A Ordem**, de Porto Alegre.¹ Em sua opinião, se o governo português não tinha conhecimento, cabia ao comandante Castilho impedir as “conseqüências tão desastrosas para a cordialidade das duas nações irmãos e para a política financeira da sua pátria.” A presença de outras esquadras no porto do Rio de Janeiro “devia indicar ao Sr. Castilho a inconveniência de tomar a iniciativa de um ato desta magnitude, sem sondar a disposição de espírito dos comandantes das outras divisões navais.” Seu dever exclusivo era proteger os súditos portugueses e a isso se devia restringir a sua ação na capital brasileira. “Estavam bem arranjados os governos se os chefes militares ao seu serviço dessem todos em subordinar as conveniências políticas da nação às baboseiras do convencionalismo humanitário.” Castilho ao dirigir-se para o sul, ia “muito lampreiramente, sem atentar no gérmen de desunião que implantava.” Neste ponto aparece a maior preocupação de **A Ordem**:

o sr Castilho apressa-se a tomar o rumo do Prata, sabendo bem que a insurreição ainda alastrava no sul, e que portanto, dada a facilidade de comunicação entre Buenos Aires e os Estados brasileiros sob o domínio dos revoltosos, o sr. Saldanha e sua gente poderiam reunir-se a galfarragem federalista em operações de desvirginamento e roubo (16.06.1894).

Por isso, com o consentimento ou desaprovação de Castilho, “os refugiados conseguiram o que de antemão fora combinado: desembarcarem solo argentino, ficar próximo do teatro de luta, a que podem sem grande custo ir prestar de novo o concurso da

¹ Este jornal que se dizia Órgão do Partido Republicano, era de propriedade de Ramão Alvores.

sua comparsaria inepta e ambiciosa.” Diante deste episódio, não se poderia esperar outra coisa, como *“desafronta da soberania brasileira à intervenção portuguesa, expressa na participação do sr. Castilho na revolta restauradora, a ruptura de relações diplomáticas por parte do nosso governo.”* Esta atitude do governo brasileiro acenderia a chama nacionalista: *“Não há brasileiro, digno deste nome, sejam quais forem as suas inclinações partidárias, que não se sinta orgulhoso por tão luminosa e enérgica afirmação do decoro pátrio.”* A liberdade e a soberania nacional estariam em risco em função das pretensões européias. *“É sempre consolador para o cidadão de uma pátria livre, por menores que sejam os seus recursos bélicos para impor aos outros o respeito da sua soberania, ver assim falgidamente patenteada a consciência do seu direito e severamente repelida a pretensão de subordinar os destinos de uma nação independente às conveniências das dinastias européias”* (16.06.1894).

A **Ordem** queixava-se que enquanto os rebeldes, durante seis meses, *“selvagemente bombardeavam”* o Rio de Janeiro *“paralizando o comercio, levando pânico à população”*, o comandante português não tentou intervir de forma oficiosa *‘humanitariamente’* junto aos insurrectos, *“de modo a abrandar-lhes as fúrias que iam vitimar na faina quotidiana os seus compatriotas indefesos”* (19.06.1894).

O rompimento diplomático com Portugal não estaria atrelado apenas ao episódio envolvendo o comandante Augusto Castilho. Durante a Revolta da Armada, *“um certo número de portugueses ali estabelecidos não ocultava as suas simpatias pelos revoltosos, com o pretexto de que a vitória destes podia muito bem ser o prefácio da restauração dos Braganças”* (26.06.1894).

3. A Participação Norte-Americana

O americanismo vai nortear a política externa do regime implantado em 1889. Na análise de Clodoaldo Bueno, o americanismo marcava a república *“por antinomia ao europeísmo com o qual se identificara a Monarquia. Se as instituições monárquicas prendiam o Brasil à Europa, as republicanas integravam-no ao sistema continental”* (BUENO, 1985: 25). Por ocasião da Proclamação da República, acontecia em Washington a Primeira Conferência Pan-Americana, onde o chefe da representação brasileira, Salvador de Mendonça, signatário do Manifesto de 1870, procurou dar um *“espírito americano”* às posições do Brasil naquele conclave. A atuação daquele diplomata vai ser essencial para a política de aproximação com os EUA. *“Salvador de Mendonça não era muito escrupuloso no*

referente à soberania. Tutelava o Brasil aos Estados Unidos pelo seu receio do monarquismo” (BUENO, 1985: 115).

O apoio norte-americano ao governo Floriano Peixoto é anterior à Revolta da Armada. Em 11 de janeiro de 1892, Salvador de Mendonça telegrafava, dizendo: “*Quereis apoio deste Governo contra manejos restauradores; quereis nova mensagem Congresso Americano ao nosso; quereis nota monroista à Europa; quereis esquadra daqui para portos Brasil; ordenai, posso obtê-lo*” (apud BANDEIRA, 1978: 141)

A atuação da esquadra americana foi fundamental no apoio ao governo Floriano Peixoto contra os rebeldes da Armada. Quando o contra-almirante americano Oscar F. Stanton, visitou e recebeu o almirante Custódio de Mello, na forma do cerimonial marítimo, o governo dos EUA apressou-se a dar satisfações ao governo brasileiro, destituindo-o do comando. (COSTA, 1945: 191-192). Seu substituto, o contra-almirante Benham, assume uma postura que levou a derrocada a revolta da armada, não reconhecendo o direito dos revoltosos de revistar navios em busca de mercadorias e armas que poderiam ser destinadas ao governo. Além disso, em 29 de janeiro de 1894 rompe o bloqueio do porto do Rio de Janeiro, inclusive fazendo uso da artilharia quando a esquadra revoltosa tenta impedir as manobras.

Salvador de Mendonça conseguiu com que o governo norte-americano não reconhecesse os revoltosos como beligerantes. Da mesma forma agiu para o governo de Floriano Peixoto montar uma esquadra para combater os rebeldes, adquirindo navios de guerra nos EUA. O juízo que Joaquim Nabuco, crítico feroz de Floriano Peixoto, faz da esquadra legal, a “Esquadra de papelão” é o pior possível. Quando em 10 de março de 1894 fundeava no ancoradouro da Praia Vermelha a esquadra sob o comando do almirante Gonçalves, cujos principais navios tinham sido obtido nos EUA, estava “*trazendo a bordo como tripulação o que de peor se tinha podido colher naquele paiz*”. Nabuco diz ainda que em relação a estes contratos de estrangeiros para a Armada, o relatório da marinha mostra-se tão silencioso como “*quanto aos fuzilamentos de oficiais da Armada depois da vitória*” (NABUCO, 1939: 116).

O Jornal *A Ordem*, ao transcrever matéria de *O Século*², de Lisboa, afirmava que os ministros inglês, francês, italiano e português tinham favorecido os revoltosos, enquanto o ministro dos EUA teve no início uma certa reserva, mas que depois se pôs inteiramente ao lado dos ministros sul-americanos, os quais todos observam uma linha de stricta

² Jornal republicano, que combatia a centenária monarquia portuguesa.

imparcialidade, “*entendendo-se unicamente com o governo e sem nenhuma espécie de relações com os revoltosos.*” (22.01.1894)

O apoio norte-americano era enaltecido pela *A Ordem*: “*Nos momentos angustiosos que atravessou a República, a braços com a reação feroz e sanguinária, que, durante longos seis meses, massacrou a sangue frio, milhares de brasileiros, só da nossa irmã da América recebemos uma palavra de conforto*”. Os representantes das outras potências teriam ficado em silêncio ou “*abertamente patrocinaram a causa dos assassinos e dos piratas, com grave afronta dos nossos brios, tal era a convicção que eles tinham de que a República cairia exânime, aos golpes da marujada monárquica.*” A imprensa europeia, segundo *A Ordem* teria sido favorável aos revoltosos, na esperança que seu triunfo pudesse restaurar a monarquia brasileira: a imprensa francesa ficou elogiando “*o valor dos piratas*” e fazendo “*ditirambos a Isabel de Bragança – a restauradora do trono*”; a imprensa portuguesa teria se excedido, ao “*estrevistar os cafagestes que aportavam a Lisboa, todos os ‘caftens’ expulsos pela nossa polícia, todos os comediantes que daqui foram com as algibeiras recheadas devido à tolerância e à comiseração das nossas platéias*”. Mas o motivo maior da mágoa foi a ofensa gratuita lançada pela imprensa portuguesa, “*uma parte da qual vive da nossa seiva*”. Para esta imprensa portuguesa, “*a parte sã, a parte honesta da nossa população, anciava pela volta da monarquia ficando, apenas, ao lado de Floriando Peixoto, a gatunagem e a escória da sociedade brasileira.*” Os representantes diplomáticos portugueses no Brasil teriam envidado todos os esforços para favorecer os revoltosos. O Conde Paço d’Arcos, “*abertamente, patrocinava a revolta, confabulando com os infames e os traidores que fomentavam a anarquia.*” Este agente diplomata transmitia ao seu governo calúnias que os inimigos da república forjavam. Ao voltar a Portugal, continuou repetindo as mesmas infâmias tentando desferir um golpe certo na grande República que ele tanto odiava. Seu substituto, Paraty, era um “*homem sem ação, sem discernimento e desprovido de força moral, para conter a impetuosidade do marujo que comandava a estação naval portuguesa*” (24.05.1894).

As críticas feitas à Europa eram vinculadas à tentativa de restauração monárquica, que seria patrocinada pelos países do Velho Mundo.

E sacrificam se os direitos mais santos de um povo a tutela antipática de uma família fidalga, arrasta-se para um precipício a dignidade da pátria, para servir aos intuitos idiotas de um sistema repellido e obsoleto, que tem produzido as mais funestas conseqüências para a paz pública, para a civilização e para o progresso dos povos europeus (25.05.1894).

A *Ordem* deixa explícita que a República devia a sua vitória aos EUA: “*E quando todo o povo se apercebeu dessa maquiavélica e afrontosa tentativa de impor à dignidade brasileira uma nova palhaçada imperialista, o sentimento de independência alvoroçou-se e tomando como seu o lema de Monroe resolveu reivindicar o seu sangue a autonomia nacional.*” A derrota dos insurretos, com tendências monarquistas e restauradoras teria que ser creditada ao novo mundo, que o Brasil, com a República começava efetivamente a fazer parte. “*Tratava-se de um caso americano e a América do Norte pelo órgão de Monroe tinha proclamado o principio da não intervenção, afirmando que os Estados Unidos se oporiam a qualquer ato dos governos europeus, atentatório da soberania das nações do continente, em que a grande potencia firmara tão brilhantemente a sua hegemonia*” (21.06.1894).

*
* * *

A Revolta da Armada, que objetivava derrubar o governo de Floriano Peixoto, contribuiu para consolidar a República. Do ponto de vista da política externa, a República recém instituída havia optado por uma postura americanista. Ao sufocar a revolta e romper as relações diplomáticas com Portugal, Floriano Peixoto passou a imagem de um governo forte, que mantinha o Estado sob controle. Ao mesmo tempo, ao romper relações diplomáticas com Portugal, não estava rompendo apenas com mais um país: significava o rompimento com a tradição e demonstrava a afinidade com o novo. As manifestações anti-lusitanas levadas a efeito pelos jacobinos, forneciam elementos à Floriano Peixoto para a tomada de decisões. Portugal lembrava a Monarquia; por outro lado, a República se identificava com os EUA. Assim, a ruptura das relações diplomáticas com Portugal em 1894 tem que ser entendida no contexto da “americanização” da nova forma de governo adotada no país.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Francisco das Neves. A ruptura Brasil-Portugal à época da Revolta da Armada. **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre, V. XXIV, nº 2, 231-246 dez. 1998.
- BANDEIRA, Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil** (Dois séculos de história). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BRANCATO, Sandra Maria Lubisco (Org). **Arquivo Diplomático do reconhecimento da República**. Brasília: MRE; Porto Alegre: PUCRS, 1993.
- BUENO, Clodoado. **A República e sua Política Exterior (1889 a 1902)**. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: FUNAG, 1995.

BUENO, Clodoaldo. *A diplomacia da “Consolidação”: a intervenção estrangeira na Revolta da Armada (1893/94)* **História**, São Paulo, nº 3, 33-52, 1984.

CERVO, Amado Luiz. Impactos da Implantação da República no Brasil. In: ALVES, Dário Moreira de Castro (Org.). **Depois das Caravelas: as relações entre Portugal e Brasil – 1808-2000**. Brasília: Ed. UnB, 2000, p. 201 – 222.

COSTA, Sérgio Correa da. **A diplomacia do Marechal: intervenção estrangeira na Revolta da Armada**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: Ed. UnB, 1979.

LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. **Desde quando somos nacionalistas?** Petrópolis: Vozes, 1995.

MARTINEZ, Pedro Mario Soares. **História Diplomática de Portugal**. Lisboa: Editorial Verbo, 1986.

MENDONÇA, Salvador. **A situação internacional do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Garnier,

NABUCO, Joaquim. **A intervenção estrangeira durante a revolta de 1893**. Rio de Janeiro: Cia Nacional; São Paulo: Civilização Brasileira, 1939.

PENNA, Lincoln de Abreu. **República Brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os radicais da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RODRIGUES, José Honório. **Interesse Nacional e Política Externa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

RODRIGUES, José Honório. **Brasil e África, outro horizonte**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

SILVA, Henrique Correa da (Pref.). **Missão diplomática do Conde de Paço D’Arcos no Brasil: 1891-1893**. Lisboa (s.n.), 1974.